O PROJETO DO EXECUTIVO PARA O PNE 2011-2020: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À HEGEMONIA NEOLIBERAL PARA QUE A UNIVERSIDADE PÚBLICA NÃO SEJA SILENCIADA
Giovane Saionara **Ramos** – UNIPLI

Introdução

Uma nova proposta governamental de Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020), encaminhado pelo projeto de Lei 8.035 de 15 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), é apresentada à sociedade brasileira e ao repetir, de forma acentuada, a maioria dos objetivos do plano anterior, atesta que os últimos dez anos ainda não foram profícuos para a educação, considerando-se o padrão unitário de qualidade, indissociado da questão da autonomia e financiamento e protegido constitucionalmente, conforme o artigo 214 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que estabelece o plano nacional de educação, de duração decenal. Também não se fez acompanhar de um diagnóstico das ações anteriores que seja capaz de sustentar as vinte metas dessa proposta frente as suas diretrizes¹, com vistas a assegurar a educação como um direito social, sem pretensões clientelistas e desvinculada dos valores do mercado. No caso da educação superior, as metas conformam um *télos*: a vantagem competitiva alicerçada na ideologia da qualificação.

Contudo, o discurso hegemônico sobre o aumento da oferta educacional e da facilidade de acesso à escolarização de nível superior, para atender às demandas oriundas da reestruturação produtiva, não foi suficiente para a elevação qualitativa desse nível de formação. A ênfase na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) corroborou com a expansão do ensino à distância, a formação massiva de docentes, prejuízos à formação humana, dentre outras questões que compõem o cenário do projeto privatista para a universidade pública². Tal cenário é congruente com o desemprego estrutural, os trabalhadores empobrecidos e um agressivo aumento do setor

¹ São diretrizes do PNE 2011-2010, conforme art. 2º: I - erradicação do analfabetismo; II-universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V – formação para o trabalho; VI – promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII – promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX – valorização dos profissionais da educação; e X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

² Adiante nos referiremos à universidade pública apenas como universidade.

de serviços em consonância com a expansão da economia internacionalizada. Resultado perverso: as questões sociais subordinadas às econômicas.

Dessa forma, ganham espaço os projetos pautados pela pedagogia das competências e aferidos pelos critérios da chamada Qualidade Total, validando assim, a lógica produtivista, conforme formulações apresentadas para orientar as políticas educacionais oriundas dos setores dominantes, representados principalmente, pelo movimento Compromisso Todos Pela Educação³, o novo sujeito político e intelectual coletivo “preocupado” em propor “soluções aliviadoras” para os problemas causados pelas políticas neoliberais. Constitui-se, portanto, num projeto de reorganização da sociedade civil, nos moldes burgueses, via educação para o consenso e ressignificação dos espaços sociais outrora arena de constituição e luta dos trabalhadores identificados com as demandas sociais históricas como o movimento organizado dos docentes dentre outras organizações de resistência às estratégias de dominação do capital.

Considerando-se que, a agenda neoliberal em curso, mediada por frações burguesas locais em disputa pela condução dos rumos da política educacional brasileira, conflita com a questão da autonomia universitária, o grande tema político da universidade, cumpre-nos analisar se tais medidas consolidam o que está previsto na CF/1988: a prerrogativa de autonomia da instituição universitária, presente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, buscamos estabelecer nexos entre as medidas educacionais adotadas recentemente e a lógica privado-mercantil em ação no interior da universidade.

Sob a perspectiva do materialismo histórico, é possível investigar as transformações ocorridas na base material da sociedade e suas mediações com as transformações observadas na universidade. Assim, pode-se afirmar que tais parcerias no âmbito do Estado, materializam a mercantilização por dentro da universidade.

A Análise do Discurso nos permite captar a produção de sentidos dos discursos consideradas as condições nas quais eles foram produzidos. Em dado contexto, dotada de polissemia, a palavra funciona como veículo para a construção da consciência

³ Segundo Dermeval Saviani (2007, p.1243) O Compromisso Todos Pela Educação “apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar- DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros

individual e “acompanha e comenta todo ato ideológico” (BAKHTIN, 1997, p. 37). Enfatizando que o discurso e a estrutura social conformam uma dialética, é preciso investigar a prática discursiva, mas sem esquecer que ela está enraizada em estruturas sociais e materiais concretas em suas múltiplas determinações (Kosik, 1976) Da mesma forma, é preciso investigar como a sociedade civil, no sentido gramsciano, se organiza diante do discurso hegemônico e ainda, como o Estado se comporta diante das imposições dos organismos multilaterais validados pelas frações burguesas locais.

Assim, se a educação tem o seu sentido ressemantizado, poderemos captar os elementos sócio-histórico-ideológicos presentes na prática discursiva que se pretende hegemônica. Elegemos alguns documentos-chave na legislação educacional vigente para essa análise: o PNE 2011/2020; a Lei 12.349/2010 –conversão da MP 495/2010 e os Decretos 7232, 7233 e 7234 de 19/07/2010 chamado pelo governo Lula de “Pacote da Autonomia Universitária”; a MP 520/2010; o Decreto 7423/2010 e a MP 525/2011.

Isso posto, analisaremos como o movimento docente vem se constituindo diante da imposição da lógica privado-mercantil e a forma como essa resistência se materializa frente a legislação vigente de dentro da universidade. Para esse fim, utilizaremos publicações impressas e do sítio eletrônico do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN (cartilhas, revistas, informativos).

Em suma, este trabalho busca mostrar que a agenda neoliberal em curso é condizente com a condição de país capitalista dependente (FERNANDES, 1985, p. 50) e suas relações completamente imbricadas na tessitura das relações mercantis, privatistas e internacionalizadas.

No discurso a prática da conversão

O discurso neoliberal tem incorporado, nas duas últimas décadas, expressões que, por certo, lhes confere um tom progressista, ainda que falacioso; contudo, tal discurso se constitui a partir da desqualificação de lutas sociais e conquistas históricas e, conseqüentemente, da despolitização dos espaços sociais, particularmente na universidade, cujo acesso tem sido preconizado como panacéia para solução de muitos males que assolam a sociedade capitalista. Tais expressões coadunam a lógica privado-mercantil e, é claro, são dadas como únicas e universais. Parte desse movimento conta com o enfraquecimento da mobilização social e formação de consciência crítica por parte daqueles contra os quais os seus efeitos são os mais nocivos. A análise das políticas públicas para a educação superior atesta essa produção de sentidos.

A linguagem assume um lugar importante para a análise das mudanças sociais e culturais. Daí se depreende que, sob o contexto neoliberal, a ressignificação de conceitos pode ser compreendida como uma estratégia voltada para a difusão de disposições ideológicas com perspectivas à adequação dos sujeitos à governabilidade. A exemplo de Saviani (2007, p. 1237), cabe questionar: diante de tantas metas até que ponto é pertinente a denominação de plano? Evidentemente, o termo “plano” pode assumir denominações distintas em contextos distintos.

Assim, vão sendo operadas algumas inversões conceituais: a universidade passa a ser entendida como educação terciária (portanto, isenta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão); a sociedade civil, de protagonista de lutas sociais se torna agente de harmonia e colaboração; o espaço público, de lócus onde ocorrem as lutas sociais vira palco de pretensas relações fraternas e pacíficas, dentre outras inversões de igual teor. A tônica pretendida é a de que tudo passe a funcionar de acordo com os interesses do mercado.

Desse modo, é preciso atentar para o fato de que plano tanto pode significar um mero programa de ações assim como a possibilidade de se pensar a educação em todos os níveis e modalidades de modo unitário e coerente com os princípios constitucionais.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), atentos à cartilha de ajustes estruturais com vistas ao alívio da pobreza (Banco Mundial e demais organismos ditos multilaterais), reorganizam o setor público com vistas ao crescimento econômico e à modernização do país. As privatizações, o corte de verbas públicas para as áreas sociais, a flexibilização das leis trabalhistas, dentre outras ações, fazem parte do processo de legitimação da política neoliberal iniciada pelos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994). Seu projeto político de “reconstrução nacional”, em consonância com o discurso da modernização orientava a “formação de recursos humanos demandados por um mercado competitivo, que forjava a inserção do Brasil na globalização econômica e na sociedade de informação” (LIMA, 2007, p. 125). Essas medidas são acompanhadas da desresponsabilização do Estado com as áreas sociais, dentre elas a educação e, em especial, a educação superior.

Com o aprofundamento dessas medidas no governo Lula, constatamos a ressignificação da sociedade civil nos moldes burgueses: a constituição de uma

sociedade civil colaboracionista e parceira do empresariado. Amplia-se a sua participação política, contudo, restrita ao horizonte político burguês (LIMA, 2007, p. 123) ao mesmo tempo em que a educação passa a se constituir como mais uma possibilidade de investimento para o capital, em especial o internacionalizado. As medidas educacionais editadas recentemente pelo governo Dilma Rousseff (2010) legitimam a imposição do modelo mais do que subordinado da universidade aos parâmetros produtivistas. Sob o discurso de que as instituições públicas são custosas e ineficientes e não conseguem acompanhar a inexorável modernização, faz-se mais do que urgente uma aproximação-parceria com o setor privado. Desse modo, os estudantes seriam dotados das competências e habilidades imprescindíveis para o chamado mundo globalizado. Sob a lógica das PPP, o discurso hegemônico naturaliza a privatização do público ao mesmo tempo em que obscurece o sentido das lutas sociais.

A conversão da Medida Provisória 495/2010 na Lei 12.349 em 15/12/2010 (Brasil,2010), ou seja, na mesma data do lançamento da proposta para o PNE 2011/2020⁴, imprime a lógica privatista e inexorável ao destino da universidade ao disciplinar as relações entre esta e as fundações privadas “ditas de apoio”⁵, que passam a centralizar as questões da universidade a despeito dos esforços de entidades representativas da sociedade civil pela defesa do *ethos* acadêmico e da função social da instituição.

A essa lei, se segue a aprovação do Decreto 7423, e da Medida Provisória 520, ambos em 31/12/2010 (Brasil, 2010), que regulariza a atuação das fundações dentro da universidade e cria uma empresa pública, na área de Educação e Saúde, para gerir os hospitais universitários pelas regras do direito privado, respectivamente. Tais medidas, encerram o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Traduzem, portanto, a legitimação de instrumentos nocivos à defesa da autonomia

⁴ No momento da redação deste texto, aguardava resposta o Requerimento 301/2011, dirigido ao Ministro da Educação Fernando Haddad, que “solicita informações sobre o documento diagnóstico que norteou as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020” de autoria do deputado Carlos Marchezan Júnior. Noutro requerimento, encaminhado pelo Deputado Federal Duarte Nogueira, “a constituição de Comissão Especial para efetuar análise e apresentar propostas em relação ao Projeto de Lei n. 8.035/2010 [...]tendo em vista a relevância e abrangência do tema”.

⁵ Doravante, nos referiremos às fundações privadas “ditas de apoio” apenas como fundações.

universitária enquanto ressignificam a sociedade civil via despolitização dos espaços sociais sob as bênçãos de um Estado-parceiro garantidor dos interesses burgueses.

Das vinte metas para a educação no projeto de PNE 2011-2020 do governo, cinco⁶ tratam, efetivamente, da educação superior. Para qualificarmos melhor essa discussão, tomemos três das cinco metas citadas e suas respectivas estratégias com o objetivo de cotejá-las com as medidas instituídas para a educação superior desde meados de 2010, vejamos.

A Meta 12: *Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta* – vem acompanhada, dentre outras, da estratégia 12.5, que visa ampliar a taxa de acesso de estudantes egressos da escola pública através da elaboração de políticas inclusivas e de assistência estudantil. A educação é tida como premissa para a inclusão social. O Decreto 7234/2010, que dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil (PNAES), busca articular suas ações com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, entretanto, não prevê recursos orçamentários e a necessária e urgente melhoria da estrutura das instituições universitárias, a despeito desses constarem como estratégia para a meta relacionada. Contudo, não é lícito esquecermos de que as fundações privadas ditas “de apoio” são as intermediárias para o repasse dos recursos públicos à universidade, como ficou evidenciado, por exemplo, nos repasses das verbas do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) para as instituições que firmaram contratos de gestão, conforme Decreto 6.096/2007. Isso significa que os recursos somente serão liberados para a instituição universitária que alcançar metas de expansão de vagas. Segundo Lopes e Leher (2008, p. 16), o alcance dessas metas se faz acompanhar da “intensificação desmedida do trabalho docente com o aligeiramento dos cursos, visto que os recursos a serem liberados não são compatíveis com as metas de crescimento das vagas”. Cabe destacar que essas ações se referem apenas aos cursos de graduação presencial.

Por outro lado, pode se constituir em mecanismo de apassivamento da mobilização estudantil, diante da difusão da ideologia da sociedade do conhecimento, com vistas à naturalização do *ethos* mercantil, por meio de projetos ensejadores da *empregabilidade*. A estratégia 12.11 contempla a necessidade de estudos e pesquisas que articulem formação, currículo e mundo do trabalho. Com a imposição das

⁶ Referimo-nos às metas 12, 13, 145, 15 e 15.

fundações privadas ditas “de apoio”, novas formas de trabalho são instituídas com sérios desdobramentos não apenas para a função social da universidade, mas também para o trabalho docente, o *ethos* acadêmico, as prioridades de pesquisa etc.

A meta 13: *Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores*. Dentre as estratégias anunciadas, a de número 13.5 preconiza “Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação *stricto sensu*”. “Elevar o padrão de qualidade das universidades”. Se observada isoladamente, essa meta propõe avanços, entretanto, também pode apresentar conseqüências nefastas. Considerada a lógica produtivista em curso, os docentes ficam reféns do “capitalismo acadêmico” e ganha força a bolsa-produtividade. Estabelece-se aí o dilema entre produzir para suprir o sistema Qualis⁷ dentre outros, ou dedicar-se decentemente à atividade de ensino (sem descuidar das outras atividades essenciais que caracterizam a universidade, claro). Como a definição do montante de recursos está condicionada à avaliação dos programas de pós-graduação, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em conjunto com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o desempenho integral que se espera da universidade fica comprometido. Ou seja, na lógica produtivista, o docente-pesquisador deve se converter em empreendedor e passa a ser o (co)responsável pela classificação no *ranking* entre as universidades para a obtenção de recursos.

As PPP viriam para resolver essa questão. A MP 495/2010 confirma o modelo de pesquisa subordinado à lógica dessas parcerias e institui as fundações privadas como mediadoras desse processo. Todos os programas e projetos de pesquisa, por conseqüência, estarão vinculados ao capital produtivo, não importando que o Estado seja o indutor dessa relação. O empreendedorismo acadêmico é estimulado, haja vista a

⁷ Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Qualis é o conjunto de procedimentos [por ela](#) utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> acesso em 30/04/09.

remuneração por bolsas de estudos para professores e estudantes de graduação e pós-graduação. As fundações privadas ditas “de apoio” regularão, também, convênios e contratos com FINEP, CNPq e demais agências oficiais de fomento.

O Decreto 7233/2010, que trata especificamente da autonomia, permite que os recursos oriundos de doações e convênios não utilizados num exercício possam ser utilizados no exercício seguinte, contudo, estabelece critérios produtivistas para os recursos repassados pela União, a exemplo do que ocorre com o REUNI. Segundo Leher (2010), tal medida atende aos imperativos do Banco Mundial: propõe que a universidade se autofinancie e deturpa o sentido da autonomia constitucional que determina a “autonomia da gestão financeira” e não a autonomia financeira das universidades. É, é claro, não parece se constituir um problema o fato de que a universidade se distancie do que está preconizado na CF/1988.

A meta 14: *Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.*

Acompanhando essa meta, a estratégia 14.1 objetiva “Expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento”. Como já citado anteriormente, a MP 495 cuida para que as fundações privadas ditas “de apoio” sejam as mediadoras nesse processo. Passa a ser, portanto, quem centraliza as questões da universidade, particularmente, aquelas voltadas para a destruição da sua autonomia.

A estratégia 14.3 preconiza a expansão de financiamento aos estudantes de pós-graduação, com destaque para os do mestrado profissional. Reflexo de promessas de empregabilidade, aligeiramento dos cursos, da busca individual pelo aperfeiçoamento profissional em tempo mais curto, “enfim, acentua-se a nova identidade da educação superior com novos traços: neoprofissional, pragmática, competitiva, submissa como jamais foi aos desígnios da economia e do mercado” (SILVA JUNIOR & SGUISSARDI, 2005, p. 12).

O objetivo não explícito da estratégia 14.4, por certo, refere-se aos cursos de licenciatura, com vistas a dar conta da falta de professores na educação básica por meio da expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com ênfase na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), ressemantizadas como Educação à Distância (EàD). Ora, trata-se de expansão a baixo custo, mesmo que em detrimento da construção de novos conhecimentos. A alegação dos *campi* virtuais como estratégia de elevação desta qualidade corrobora a formação massiva de docentes, alternativa perversa de expropriação do conhecimento e enseja novas formas de

contratação de docentes. A adoção indiscriminada do ensino à distância, face à apologia da utilização das TIC, é estratégia que compõe o cenário do projeto privatista para a universidade e que tem, na Universidade Aberta do Brasil, espaço privilegiado para a sua consecução.

A resistência à conversão pelo discurso

O projeto de PNE não pode ser distinto de um projeto de sociedade, universal e com reais chances para todos os povos e a sua elaboração deve contar com a ampla participação da sociedade ou por meio de suas entidades representativas. Se assim não o for, não passará de imposição do Executivo sob uma perspectiva estreita de democracia. No entanto, cumpre destacar que mesmo sob projetos conformativos para a redefinição da universidade como um espaço social que possa coexistir com as regras do direito privado, é possível dimensionar estratégias de resistência ao processo de comodificação (Fairclough, 2001) em curso, ou seja, de resistência às práticas cada vez mais balizadas pela lógica da produção de mercadorias no interior de uma instituição social subordinando-a, paulatinamente, aos parâmetros do capital produtivo. Esse movimento de resistência e luta implica na reflexão e elaboração de estratégias de enfrentamento à corrosão da autonomia universitária, ao produtivismo acadêmico, à intensificação do trabalho docente, à formação “interessada” dos estudantes na acepção gramsciana, à imposição portanto, de um novo *ethos*, via fundações a partir do estabelecimento das parcerias público-privadas (PPP).

A busca incessante pela adesão dos trabalhadores aos projetos de cunho privado-mercantil, no interior da universidade, tem se revelado uma constante na agenda empresarial. O enfrentamento à imposição de um *ethos* acadêmico distante do preconizado nos artigos 206 e 207 da CF/88 materializa-se em ações recorrentes e intensivas, consideradas as contradições da sociedade capitalistas, as tensões existentes entre os sujeitos históricos, o movimento perverso de precarização via alienação pelo trabalho abstrato nas condições nefastas às quais tem sido submetidos aqueles que atuam na universidade. Urge compreendermos, então, como os docentes se organizam para lidar com essas questões cada vez mais agressivas e promotoras da corrosão da autonomia universitária e conseqüentemente, dos direitos sociais. Considerando-se que o interior da universidade vem sendo alterado pela imposição das fundações, uma conseqüência da chamada “reforma do Estado”, que atuam como intermediárias entre os

recursos públicos e a universidade, diante da precarização em curso, essas entidades sintetizam a resposta das frações burguesas locais às demandas do capital financeiro internacionalizado: estabelecem-se como espaço propício a acordos e negócios de toda sorte apoiados na esfera de legalidade via legislação recente.

Esse quadro, com práticas evidentes de burlas à CF/88, se faz acompanhar da atuação organizada dos docentes sempre em articulação com as demais demandas sociais. A defesa de uma universidade verdadeiramente autônoma só pode se dar por canais verdadeiramente democráticos e emancipatórios. Não obstante, é uma tarefa hercúlea a remoção dos obstáculos à essa possibilidade universal, haja vista, os esforços recorrentes da agenda empresarial para atrair para os seus projetos dito sociais os protagonistas das lutas sociais.

O espaço escolhido para análise é o ANDES-SN – aparelho privado de hegemonia, nos dizeres gramscianos – se traduz num espaço mediador para a reflexão e elaboração de propostas para a sociedade civil, o espaço para organização e convencimento, onde se organizam as vontades coletivas, consideradas as contradições da sociedade capitalista. Desde as décadas de 70 e 80 já desenvolvia consistentes discussões a respeito da questão das fundações privadas dentro das universidades, que viriam a compor a investigação detalhada sobre essas entidades por uma das suas seções sindicais, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). No Congresso da ANDES, ocorrido entre 13 e 18/02/84 foi publicado um documento intitulado “O arrocho e a destruição da universidade pública” que denunciava a proliferação das fundações com sérias implicações à defesa da democratização da universidade, haja vista os processos decisórios, o financiamento dentre outras questões relativas aos rumos da universidade ocorrerem nas instâncias de uma instituição regida pelo direito privado. A denúncia da inconstitucionalidade dessas fundações ganha materialidade.

As estratégias de enfrentamento materializadas pelo ANDES-SN, se materializaram em grupos de estudos, constituição de Grupos de Trabalho (GT), reuniões, congressos, publicações impressas e eletrônicas (estas disponíveis no sítio eletrônico), dentre elas a revista Universidade e Sociedade.

Desde a reunião em Piracicaba, em 84, as discussões enfatizam, recorrentemente o papel perverso das fundações e apoiada nos pareceres da sua

Assessoria Jurídica Nacional (AJN) respalda suas argumentações a fim de expor de instrumentos concretos para a luta em defesa da universidade e da autonomia universitária.

Diante da ofensiva neoliberal nos anos 90, as discussões sobre os rumos da educação superior sob a conjuntura neoliberal, reforçada pela reconfiguração jurídica das instituições sociais, via Plano Diretor da Reforma do Estado (Brasil, 1995), destaca a heteronomia cultural como obstáculo a produção de conhecimento novo uma vez que os empresários ditam o que deve ser dado a pensar e o que deve ser feito na uiversidade.

Estudos sistematizados, realizados também por suas seções sindicais, fomentaram publicações e se fizeram acompanhar de dados oriundos das investigações do Tribunal de Contas da União(TCU), cujas análises evidenciaram esquemas de corrupção (vide caso UnB), haja vista, a falta de controle social sobre as fundações que além de realizar negócios particularistas; as distorções à carreira docente, travestidas de eficiência na gestão de recursos. Contudo, ainda é forçoso reconhecer que muitos militantes docentes foram complacentes com a existência dessas fundações.

Considerações preliminares

Considerando-se que as fundações privadas nada mais são do que entes privados constituídos para intermediar a relação financeira entre órgãos públicos, com uma estrutura que não se sustenta, pois se aproveita da estrutura da universidade pública para gerir negócios privados e sem a necessidade de licitação, podemos seguir afirmando que elas são prescindíveis, já que ferem os princípios contidos nos artigos 206 e 207 da CF/1988 e ameaçam, sim, o acesso à educação superior de qualidade e a autonomia universitária, respectivamente. Ademais, cabe lembrar que o princípio da autonomia segue ressignificado nesse contexto, tendo em vista a não criação de obstáculos ao privilégio de atividades que interessam prioritariamente ao mercado e (por que não dizer?) com o agravante do envolvimento indevido – ingênuo ou deliberado – de servidores das universidades, tanto docentes como funcionários técnico-administrativos.

Vale lembrar, ainda, que o Decreto 7423/2010, ao dispor sobre a atuação das fundações privadas ditas “de apoio” dentro da universidade, condicionando-a a objetivos de pretenso desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico e mesmo que a sua ação se limite a “obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa

científica e tecnológica” abre-se espaço para que ocorram negócios de toda sorte. Num contexto de precarização da educação superior pública e dos profissionais que nelas trabalham, contraditoriamente, a proliferação das fundações privadas ditas “de apoio” parece constituir-se numa resposta imediata oferecida pela fração da burguesia local às demandas do capital, em especial do capital financeiro.

Este cenário propicia a ocorrência de inúmeras situações que se afiguram como irregularidades administrativas, cobranças indevidas de taxas/mensalidades em cursos de especialização, remuneração de servidores docentes e técnico-administrativos pela venda de serviços, dentre outras inadequações; portanto, distante do controle social e da transparência apregoados na estratégia 20.4 do projeto de PNE do executivo: “fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação”.

Ao mesmo tempo, a MP 520, flexibiliza o processo de contratação dos profissionais. É importante frisar que esta medida articula ações na Educação e na Saúde. Legitima a transferência da gestão dos hospitais universitários (HU) para as mãos da iniciativa privada e, como se não bastasse, autoriza o patrocínio de entidade fechada de previdência privada. Com efeito, confirma o processo de subordinação da universidade aos parâmetros do capital produtivo e não custa reafirmar, sob governos eleitos democraticamente.

O Documento “É preciso rejeitar a MP 520/2010”⁸, de 28 de janeiro de 2011, atesta que o movimento docente e os demais segmentos da sociedade civil defendem e reivindicam a expansão das IFES, contanto que a autonomia da universidade seja garantida, dentre outras questões. Por isso, se coloca contra a celetização das relações de trabalho, que retoma a figura do emprego público distante do que se preconiza constitucionalmente, além do repasse de recursos públicos para o setor privado e mais questões relacionadas à precarização trabalhista nas áreas da Saúde e da Educação.

Nessa lógica, o governa edita a MP 525, em 14 de fevereiro de 2011, que altera a Lei nº 8745, que trata da contratação de professores. Assim, define que as vagas nas novas instituições de ensino poderão ser ocupadas por professores temporários, sem a

⁸ O documento “É preciso rejeitar a MP 520/2010” é assinado pela Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Universidades Públicas Brasileiras – FASUBRA; Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Assistência e Previdência Social – FENASPS; Sindicato dos trabalhadores na Fundação Oswaldo Cruz – ASFOC-SN; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE e Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Instituições e fundações Públicas Federais de Pesquisas Estatísticas – ASSIBGE-SN.

necessidade do concurso público. Novamente, e de modo arbitrário, o governo legisla por decreto como urgência, e engrossa o caldo da precarização das relações trabalhistas nas instituições públicas. E, mais uma vez, o movimento docente deve reunir forças para exigir que as contratações sejam constitucionalmente respeitadas e que as condições da carreira docente sejam dignas para uma educação de qualidade unitária.

Assim sendo, e sob os auspícios da construção de uma hegemonia de setores sociais burgueses, por meio de projetos (con)formativos, que expropriam, disciplinam, adestram e alienam, o poder hegemônico do capital reduzirá, ainda mais, a democracia ao promover a disjunção de seus componentes econômico (esfera que o capital não admite ser tocada pela soberania popular) e político (democracia restrita à participação eleitoral periódica). Essa ofensiva cria sérios obstáculos ao avanço político dos que vivem do próprio-trabalho e estão sujeitos à luta de classes, numa cultura delineada por valores da exploração que, perversamente, induzem o conformismo e a passividade.

Referências bibliográficas

BARRETO, Raquel G.; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. Revista Brasileira de Educação. v.13, n.39. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.p.423-436

BRASIL.[s.d] Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> acesso em 10/03/2009.

_____. Lei 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Profissional: Legislação básica. 2ª. ed. Brasília, PROEP, 1998.

_____. Decreto nº 5.025 de 14 de setembro de 2004. Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio. Brasília, 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5205.htm. Acesso em 23/04/08.

_____. Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília,2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em 23/04/08

_____. Lei 11.079 de 30/12/2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

_____. Lei 8.958/94. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8958.htm>. Acesso em 23/04/08.

_____.Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995.

_____. Decreto 6.096, de 24 abril 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em <http://200.156.25.73/reuni/D6096.html> acesso em 24/04/2008

_____. Medida Provisória 495 de 23/11/2010.. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. (a)

_____. Decreto 7232/2010 de 19/07/2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.(b)

_____. Decreto 7234/2010 de 19/07/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. (c)

_____. Decreto 7233/2010 de 19/07/2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. (d)

_____. Plano Nacional de Educação (decênio 2011-2020). Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16160:lula-envia-ao-congresso-o-projeto-de-lei-com-as-metas-para-2011-2020&catid=222&Itemid=86 Acesso em 28/12/2010.

_____. Decreto 7423 de 31/12/2010. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm Acesso em 10/01/2011.

_____. Medida Provisória 520 de 31/12/2010. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/mpv/520.htm. Acesso em 10/01/2011.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, DF: Editora da UnB: 2001.

FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

_____. A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v.1. edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1976.

LEHER, Roberto. Para fazer frente ao apartheid educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática Trabalho-Educação. Trabalho e Crítica, Belo Horizonte/Niterói, v. 1, n. 1, p. 16-29, 1999.

_____. Governo avança no modelo de universidade subordinado ao Banco Mundial. Disponível em <http://www.correiodadania.com.br/content/view/4901/9/>. Acesso em 11/08/2010

LIMA, Kátia. Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo/SP: Xamã, 2007.

NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo/SP: Xamã, 2005.

RODRIGUES, José S. Os empresários e a educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 2007

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Disponível em

http://www.cedes.unicamp.br/jornal_educacao_5/Rev100_02SUM%C1RIO.pdf. Acesso em 20/04/2010.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Campinas: Editora Autores Associados, n. 29, mai/ago., 2005.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.-ANDES-SN. Caderno Andes. n.2. Disponível em <http://portal.andes.org.br:8080/andes/portal.andes>. Acesso em 15/01/2011.